



relatório de **ATIVIDADES** 2021

- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal

1892
2022

13 

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DE PENAFIEL



CONVOCATÓRIA

No uso da competência que me é conferida pelo número 2 do artigo 19º e para os efeitos do número 4 do artigo 20º dos Estatutos, convoco os Senhores Associados da Associação Empresarial de Penafiel (AEP) para reunir em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia **25 de Março de 2022**, pelas **18:30 horas**, nas instalações da **Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro)**, na cidade de Penafiel, em primeira convocatória, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Leitura da acta da sessão anterior.

Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Relatório da Direção, Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2021.

Ponto Três – Outros assuntos de interesse para a vida da Associação.

NOTAS

- a) Se à hora marcada não estiver presente ou representado o número legal de Associados, a Assembleia-Geral funcionará, em Segunda Convocatória, meia hora depois, conforme previsto no número 2 do artigo 23º dos Estatutos, com qualquer número de presenças.
- b) A documentação relativa ao ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos encontra-se à disposição dos Senhores Associados nas Instalações da Associação, sitas à Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro), onde pode ser consultada, bem como consultados todos os elementos, nos oito dias que antecedem a realização da Assembleia.

Penafiel, 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia-Geral
Paulo Sérgio Sousa Santos Moreira Fernandes

(Paulo Sérgio Sousa Santos Moreira Fernandes)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Relatório da Direção

No sentido de dar cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, adiante designada AEP, e de forma a levar ao conhecimento dos Senhores Associados o que foi a atividade da Associação ao longo do ano de 2021, apresenta-se para análise, apreciação e votação o presente Relatório de Atividades que pretende dar relevo aos principais factos ocorridos durante esse período, que coincide com o segundo ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em Fevereiro de 2020.

Anexa-se, ainda, ao presente Relatório de Atividades, o Balanço e Contas do exercício de 2021 para apreciação, discussão e votação e, ainda, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações tidas pela Direção e às Contas apresentadas referentes a esse período, conforme previsto na alínea b) do artigo 30º dos Estatutos, bem como o Relatório de Auditoria.

Sendo a Assembleia Geral constituída por todos os Associados, nos termos estatutários, é de confiar que nela seja realizada uma rigorosa análise à gestão e atividade desenvolvidas pela Direção, às suas diretivas e orientações, aos seus resultados e às suas expetativas, e ao planeamento de atividades futuras.

Espera-se que na Assembleia Geral de apreciação e discussão do exercício agora findo, os Senhores Associados possam promover uma elevada participação e, pela sua intervenção e proatividade, possam cooperar também com a sugestão de ideias e projetos para a atividade da Associação.

O exercício que agora termina assinala o segundo ano do mandato dos atuais Corpos Sociais que, após o ano de 2020 particularmente atípico, caracterizou-se pela irregularidade laboral e de funcionamento ao nível do desenvolvimento da atividade empresarial e associativa, o que motivou a uma ação atenta e reforçada para assegurar a estabilidade orgânica, financeira e operacional que tem caracterizado a atividade da Associação nos últimos anos, estabilidade essa que se traduziu num resultado positivo de mais de 170 mil euros, na solidez dos vínculos laborais com os funcionários e com os vários prestadores

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

de serviços, na credibilidade junto da Banca, na forte intervenção junto do tecido empresarial, na constante aposta em novos projetos e iniciativas e, sobretudo, na capacidade de planejar o futuro e a atividade da Associação para os próximos anos.



No relatório do exercício anterior, referimos que “... pouco mais de uma semana após a tomada de posse dos atuais Corpos Sociais, em 6 de Março de 2020, foram impostas medidas de confinamento à atividade empresarial no seu todo e, com especial incidência, no setor da formação profissional que viu proibida a ministração de formação em regime presencial ... Perante isto, houve uma necessidade de redefinição da forma de atuação, quer ao nível do funcionamento interno, quer ao nível do apoio prestado aos senhores Associados ...”. Quando se pensaria que o ano de 2021 poderia marcar uma inflexão no sentido ascendente e de recuperação da atividade empresarial e associativa, assistiu-se, não raras vezes, ao agravamento da situação pandémica vivida em Portugal e no Mundo, motivando a implementação de diversas medidas governamentais de restrição à atividade económica e que, de forma marcante, afetou a atividade da Associação, não tanto nos resultados alcançados, mas na forma de os alcançar.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O ano agora findo mereceu, portanto, por parte da Direção, um compromisso sério, empenhado e revigorado, sempre no sentido de assegurar o objetivo máximo de garantir o estatuto de parceiro de confiança e de utilidade aos senhores Associados, solidificar as bases de um futuro de estabilidade, de projeto consolidado e com capacidade de renovação e de inovação, em que os Associados se possam identificar com satisfação nesta Instituição que conta já com 129 anos, mas que se sabe renovar, se consegue adaptar às cada vez maiores exigências com que se depara e que consegue, paulatinamente, transmitir uma imagem de entidade idónea que respeita os seus compromissos e os seus parceiros.

A estabilidade financeira que se conseguiu manter e robustecer neste exercício, e que foi fruto de um trabalho rigoroso de toda a equipa da AEP, permite continuar a delinear e executar verdadeiros projetos fomentadores do Associativismo e a aproximar a AEP dos empresários, unindo esforços, conhecendo as suas necessidades globais e específicas, de modo a poder ser uma parte da solução da classe empresarial.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2. Funcionamento Interno

O ano de 2021 não se desviou das orientações estratégicas e de atuação que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos, pautando-se pela manutenção de um clima de equilíbrio orgânico, funcional e financeiro que contribuiu para assegurar o regular funcionamento dos vários departamentos da Associação.

De salientar que em 2021 foi adjudicada a empreitada para a instalação de painéis fotovoltaicos, o que irá contribuir para a sustentabilidade energética e o reforço das práticas sustentáveis amigas do ambiente, exemplo ilustrador das preocupações ambientais que a Associação tem vindo a assumir e que vai ganhando contornos prioritários nas suas práticas do quotidiano.

De destacar também o retomar, ainda que em moldes mais reduzidos, do “Jantar Anual do Associado”, durante o qual foi foram homenageados os Associados com mais de 10 e 25 anos de filiação, bem como personalidades que, pelos mais variados motivos, se destacaram na sua participação na vida da Associação e que foram alvo de um merecido reconhecimento.



Esta referência assume importância relevante, na medida em que a atuação desta Direção tem como móbil final a satisfação dos Associados, pois é pelos Associados que a AEP existe e é para os Associados que trabalha. Eles são sempre a razão de ser da existência desta Instituição.

Tudo tentámos fazer para criar as condições de cumprir aquele que é e será sempre o objetivo principal de todos aqueles que integram esta Direção e toda a estrutura da AEP: Servir as empresas associadas apoiar as suas ambições, cuidar dos seus interesses e procurar parceiros que tornem possíveis os seus projetos de investimento, de crescimento e de internacionalização e/ou outros que necessitem.

Para a satisfação das necessidades referidas, e na linha estratégica que tem caracterizado a estrutura técnica, a qualificação dos recursos humanos da Associação continuou a ser uma realidade e uma aposta da Direção, de modo a garantir as habilitações necessárias para serem dada eficiente resposta aos senhores Associados que recorreram aos variados serviços da Associação.

Como evidências práticas de situações que atestam e validam a competência de intervenção e capacidade dos serviços da AEP, pode-se referir que, no dia-a-dia, foram executadas todas as tarefas decorrentes da exigente legislação contabilística e fiscal, prestados esclarecimentos e informações aos senhores Associados no que respeita às atualizações legislativas relacionadas com a sua atividade, o enquadramento da sua empresa e atividade em eventuais candidaturas a fundos comunitários, a medidas de apoio à contratação e de apoio à atividade empresarial, entre diversas e diversificadas tarefas de acompanhamento e aconselhamento.

Junto dos seus Associados a AEP continuou a procurar refletir a imagem de uma entidade dinâmica e atualizada que responde às necessidades de todos aqueles que lhe solicitam ajuda no combate às dificuldades. Também junto das novas empresas que iniciam a atividade a AEP tentou manter uma atitude proativa no sentido de aproveitar a oportunidade de aceitar novos Associados, procurando alargar a sua representatividade.

Nessa linha, a AEP, continuou a agir no sentido de manter um acompanhamento útil e profissional aos Associados existentes, de quem recebeu frequentemente solicitações, pedidos de esclarecimentos e cada vez mais lamentos pela dificuldade de exercer com normalidade a sua atividade económica.

O reconhecimento pela competência técnica do desempenho da Associação que nos foi sempre sendo transmitido e espelhada nos resultados, reforça a nossa vontade em prosseguir este caminho de aposta na requalificação e aperfeiçoamento dos nossos quadros técnicos, traduzido muitas das vezes,



mas não só, na aprovação e execução eficiente de candidaturas próprias que representam uma importante fonte de receitas para a entidade.

Foi assim que funcionámos, imprimindo rigor, exigindo profissionalismo e resultados, mas tratando as pessoas como pessoas, pois mais do que qualquer obrigação, é componente importante da essência desta Direção desempenhar também um papel de apoio e ação social.

3. Fomento Associativo

O ano de 2021 voltou a ser particularmente difícil e exigente para o Associativismo, para as empresas e para os empresários.

As limitações específicas à atividade e circulação de pessoas provocadas pelo prolongar da realidade da situação pandémica instigaram exigências renovadas na representatividade associativa, que assumiu sobretudo um carácter de acompanhamento e de informação mais próximo dos empresários, cujos indicadores económicos, financeiros e de tesouraria se foram deteriorando.

A AEP procurou contribuir para que o Associativismo traduzisse e comportasse uma expressão organizada da sociedade, numa verdadeira e profícua associação de partilha, quer de recursos quer de necessidades, pelo que, neste seguimento, lutou para que todos os que com ela se relacionam, nas mais diversas formas, se sintam imbuídos do conceito da sua utilidade, revendo-a e referenciando-a como uma Instituição credível e de confiança, tendo em 2021 tentado ser, por muitas vezes, a voz dos empresários junto do poder central e local, acima de tudo numa lógica de agente de criação de valor e de soluções.

Numa outra perspetiva que reflete a atividade da Associação, e à semelhança do que se vem verificado ao longo dos últimos anos, o número de Associados continuou a crescer, em número e diversidade de sector de atividade, o que permitiu continuar o reforço e solidez da representatividade da Associação. Espera-se ter conseguido, dentro das limitações impostas pela atual conjuntura económica e social e, ainda assim e apesar dos esforços, por um crónico alheamento do tecido empresarial ao movimento associativo, a dinamização do tecido empresarial local, a eficaz defesa e útil representatividade dos senhores Associados, a promoção do bem comum e a dignificação do bom-nome desta instituição centenária.

No que respeita à sua atuação no CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, a AEP sempre tentou continuar a contribuir, ao longo do exercício, para que o papel do Conselho Empresarial fosse o de dar um válido contributo na implementação de uma nova dinâmica que pudesse beneficiar as suas Associações integrantes, respeitando assim a razão da sua criação e existência.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel por força da sua missão estatutária, do legado da sua História e pela posição estratégica assumida atualmente, sempre pautou a sua atuação institucional pela cordialidade e cooperação com as demais entidades com que se relaciona.

O respeito pelo bom relacionamento institucional foi prática corrente no exercício de 2021, fomentando-se relacionamentos que permitissem de forma cooperante atingir o bem comum. Como em tantas situações no passado, e sem beliscar sequer esse bom relacionamento, a AEP sempre demonstrou de forma inequívoca a sua autonomia e liberdade de expressão, não descurando nunca a defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada, mas definida, essas relações da sua esfera de atuação.



No que respeita às relações com o Poder Local, e em primeira linha, a Câmara Municipal de Penafiel, com quem, antes e depois das Eleições Autárquicas de Setembro passado, tem existido um trabalho de grande proximidade e que permitiu o desenvolvimento de projetos que têm contribuído e irão continuar a

contribuir futuramente para o desenvolvimento do concelho.

Com a Câmara Municipal de Penafiel o relacionamento institucional foi assente numa postura dialogante, amigável e cooperante no sentido de conseguir que fossem geradas sinergias proveitosas e benéficas para todos os agentes do Concelho de Penafiel. É de toda a justiça reconhecer que a posição da Autarquia para com a AEP foi, igualmente, pautada pelo respeito institucional e pela cooperação operacional, facto que se assinala e regista, valores que se estendem ao relacionamento com as várias Juntas de Freguesia, em especial a de Penafiel.

Todos aqueles que se revejam nesta conduta colaborante e comunguem dos princípios éticos que a AEP respeita, serão bem vindos para cooperar de forma responsável, sempre com o espírito de servir a entidade que representamos e os seus Associados, sem em momento algum, se confundir

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

cooperação e colaboração com subserviência da AEP para com quer que seja, consolidando-se um ADN de converter os problemas em desafios, sempre numa postura assente no respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso.

Mais uma vez, com o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente com a Delegação Regional do Norte, o Centro de Emprego de Penafiel e também de Valongo, através de



trabalho competente das partes, foi possível manter a AEP num exemplo de excelência enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico para quem pretende criar a sua própria empresa. No âmbito da formação Profissional, tem-se mantido inesgotável a confiança que o IEFP tem demonstrado para com o trabalho da AEP e, agradecendo esse voto de confiança, só se pode afirmar que tudo se fará para nunca deixar de merecer essa confiança.

Com as Instituições do Concelho e de Concelhos vizinhos, como são os casos da Santa Casa da Misericórdia, Rotary Club de Penafiel, Cruz Vermelha Portuguesa, APADIMP, ADISCREP, Bombeiros Voluntários de Penafiel, Futebol Clube de Penafiel, Assembleia Penafidelense, Sociedade Columbófila, ISCE Douro e ESTG de Felgueiras, Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Escola Secundária de Penafiel, Escola D. António Ferreira Gomes, ACT, Biblioteca Municipal, Tribunal da Comarca Porto – Este, e muitas outras, sempre se tentou marcar a posição por um relacionamento de seriedade, cumprimento de compromissos e a vontade própria para participar em projetos comuns.

De entre os protocolos firmados e atribuições atualmente existentes e que em 2021 continuaram a funcionar de forma recorrente, com efeitos práticos na atividade regular da Associação, muito pela sua continuidade, destaca-se:

- IEFP – EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico e Entidade Formadora Acreditada.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho – Entidade Formadora Acreditada para 23 áreas de educação e formação.

- CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa.
- ADERSOUSA – Associação de desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - Vice-Presidente da Assembleia Geral.
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Associada e Protocolada para Acordo de cooperação na Medida Vida Ativa.
- Conselho Consultivo da AE Portugal – Membro do Conselho.
- Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro do Conselho.
- CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membros do Conselho.
- ANQEP - Centro Qualifica – Entidade Acolhedora e Executante do Centro Qualifica.
- Novo Rumo Norte – Entidade Técnica do Programa.
- OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada.
- ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada.
- AEJA – Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo – Membro do Conselho Geral
- Escola Secundária de Penafiel – Membro do Conselho Geral.

A AEP foi e será uma instituição com uma vontade constante de renovação, onde os problemas se transformam em desafios, e impulsionadora de respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso e é com orgulho que, sabendo que os seus parceiros são aliados fundamentais na prossecução da missão estatutária, esta Direção regista o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de, por vezes em situação de liderança, participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.

5. Departamento de Contabilidade

O número de Associados que elaboram a sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP – através da SCAEP – e apesar da continuidade da limitação à atividade empresarial que se verificou em 2021 -, não teve variação significativa, subindo, ainda assim, face ao número de empresas registado no ano anterior, o que permitiu poder continuar a garantir a estabilidade da atividade operacional e financeira do departamento que, no ano em apreço, sofreu uma alteração na sua composição técnica que poderá gerar ganhos de eficiência futuros.



Todos os Associados que mantiveram a elaboração das suas contabilidades na AEP e todos aqueles que, em 2021, confiaram a este departamento, pela primeira vez, a sua contabilidade, puderam ter ao seu dispor um serviço rigoroso, competente e profissional no tratamento dos seus vários processos.

Na verdade, aos Associados que elaboram a sua contabilidade na Associação, continuou a ser-lhes disponibilizado um serviço profissional e um acompanhamento rigoroso e atento às mais diversas solicitações e necessidades apresentadas – cada vez mais significativas e regulares -, apontando-se como principais serviços o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais, relacionados com o processamento de salários, organização do dossier fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade definida, tendo sido necessário, por força da constante e cada vez mais rigorosa legislação fiscal e dos seus procedimentos, imprimir uma constante atualização dos conhecimentos específicos e técnicos, por parte dos elementos que compõe o departamento.

Mantém-se assim ao serviço dos Associados a disponibilização de um serviço que há muito espelha o rigor e o profissionalismo dos serviços prestados pela AEP e que, em 2021, foi ainda mais um suporte e apoio técnico fundamental, sobretudo para as pequenas empresas.

6. Gabinete de Estudos e Projetos

Em 2021, e na linha de atuação e resultados que se tem registado nos últimos anos, a atividade deste departamento da Associação registou níveis bastante elevados, resultado do trabalho efetuado na elaboração de projetos no âmbito do Portugal 2021 e, sobretudo, pelo desenvolvimento do trabalho



enquanto EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico em especial na elaboração de projetos de criação do próprio emprego que se consubstanciou na obtenção de uma posição de destaque ao nível do desempenho na Delegação Regional do Norte, como uma das EPAT com mais execução.

A estabilidade e estratégia de atuação do Departamento, potenciou a execução do projeto “Granito e Rochas Similares no Tâmega e Sousa: Sustentabilidade, Competitividade e Transformação Digital” que tem contribuído para a capacitação das empresas que constituem o setor da extração de granito ornamental e rochas similares e da transformação, ao nível da fabricação de artigos de mármore e de rochas similares e fabricação de artigos de granito e de rochas da sub-região do Tâmega e Sousa, que culminou já na elaboração do mapeamento das empresas do setor desta região, que servirá de mote à edição de relatórios de diagnóstico e à execução de todo o restante projeto.

Em 25 de novembro teve lugar o Seminário de apresentação deste projeto que contou com uma forte adesão dos empresários e de players importantes nas dinâmicas deste setor.



No capítulo particular das EPAT's, e apesar de todas as limitações verificadas ao normal funcionamento da atividade empresarial, em 2021 foram ainda assim apresentados mais de 50 projetos de criação do próprio emprego (CPE, Microinvest, Invest+ e Invest Jovem) e dada assistência técnica e consultoria especializada a mais de 30 empresas, atuação prestada em diversos domínios, mantendo-se o já

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

elevado desempenho neste capítulo. Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira desta estrutura departamental que há vários anos se apresenta como superavitária.

Paralelamente a este tipo de trabalho de cariz interno, o ano de 2021 foi profícuo na elaboração e acompanhamento de candidaturas próprias dos senhores Associados, nomeadamente ao Programa de Apoio à Produção Nacional, +CO3SO Urbano, +CO3SO Social, Programa Apoiar, Programa Adaptar, Programa Ativar e outras de medidas de apoio à contratação emanadas pelo IEFP.

À margem do trabalho diário de apoio às empresas e aos projetos, a coordenação dos dois projetos de formação ação (AE Portugal e Confederação do Turismo, que envolvem cerca de 40 empresas intervencionadas) e a coordenação financeira de um projeto de Inovação



Social também esteve, e está, sob a alçada do responsável deste departamento, o que significa que a intensidade do trabalho e a gestão operacional e financeira de todos estes projetos representam uma envolvimento de forte intensidade que motiva uma rigorosa e atenta coordenação, sem descurar o cumprimento dos objetivos macro do departamento.



A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2021 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and several other stylized marks.

7. Departamento Jurídico

O Gabinete presta serviços à Associação Empresarial de Penafiel, sem limite de atendimento e versando todos os actos jurídicos necessários, e presta serviços de consultadoria jurídica aos Associados, com atendimento às terças-feiras da parte da manhã (em caso de assunto urgente, o Associado pode-se deslocar ao escritório do Advogado, sendo aí atendido precisamente nas mesmas condições em que é atendido nas instalações da AEP).

O apoio aos serviços da Associação (incluindo o apoio a solicitações da SCAEP – Unipessoal, Lda.) durante o ano de 2021, foi marcado pela situação de emergência de saúde pública que vivemos naquele ano devido à doença de COVID-19.

Houve assim uma natural procura no esclarecimento de legislação publicada durante 2021 relativo às limitações que foram impostas.

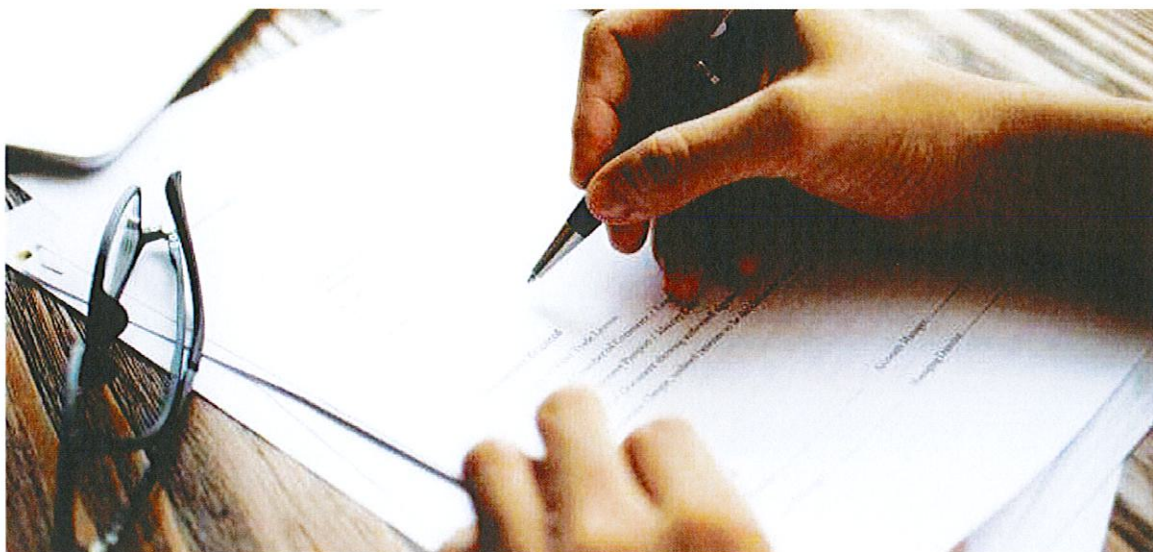
Manteve-se, ainda, a procura por esclarecimentos quanto à demais legislação publicada bem como de consultoria jurídica, elaborou-se, entre outros, minutas de contratos, entre o mais, de trabalho, e ainda, a elaboração de síntese legislativas para posterior divulgação aos Associados.

Em relação aos vários Departamentos da AEP, procedeu-se a várias consultas solicitadas (quer a favor de Associados quer para esclarecimento dos serviços da AEP, como ainda dos serviços da SCAEP, formalizaram-se contratos de trabalho e procedeu-se ao acompanhamento de processos de cessação de contratos de trabalho.

Já quanto ao apoio direto ao Associado (muitas vezes solicitado pela SCAEP), e aqui também devido à situação de emergência em saúde pública que vivemos em 2021, houve um aumento na procura de esclarecimento da legislação relacionada com a atividade empresarial afetada pelas limitações causadas pelo Estado de Emergência decretado pelo governo, e ainda no aconselhamento relativo a contratos de trabalho e a desvinculação dos mesmos, informação relativa à atualização de tabelas salariais.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'E' at the top, a vertical line, and several other illegible signatures.

Manteve-se a procura na informação sobre os diplomas legais com importância para a atividade dos Associados e consultadoria jurídica nas áreas do Direito Laboral, Direito Comercial, Direito Civil.



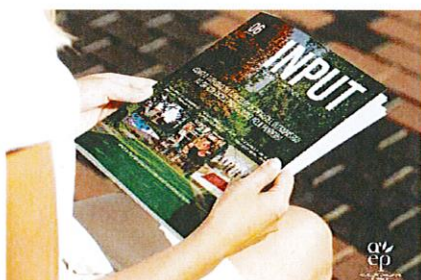
Resumidamente o Gabinete Jurídico recebeu e deu resposta a mais de 100 solicitações (onde se inclui contratos de várias índoles, informações, assessoria jurídica e representação jurídica).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Departamento de Comunicação e Imagem

Este departamento em 2021, e à semelhança do que aconteceu em 2020, não pôde ter a as dinâmicas e visibilidade habituais ao nível da promoção de atividades de rua, dado que houve a necessidade de ajustar e dimensionar a realização dos eventos que a AEP promove às restrições sanitárias vigentes.

Ainda assim, a atividade do departamento foi contínua, uma vez que a realidade pandémica impôs uma necessidade permanente de comunicar com os senhores Associados, nomeadamente sobre medidas de apoio relativas à pandemia bem como toda a informação útil sobre medidas restritivas relacionadas com os vários setores de atividade.



A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista **#INPUT**, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Estudos e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica. Foram disponibilizadas também, através dos seus canais de comunicação/promoção, as ofertas de trabalho dos seus associados.

Ao nível das conferências / webinares, foram realizadas algumas sessões, que contaram com a colaboração do departamento, quer ao nível da divulgação, quer ao nível da preparação dos respetivos conteúdos gráficos:

1
[Handwritten signatures and initials]

- **Sessão de Apresentação Projeto “Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel” - 18 de maio**
- **Webinar P.A.I. (Proteção, Ação, Informação) – Desconfinamento Seguro 29 de junho** - Em parceria três enfermeiras da Escola Superior de Enfermagem do Porto a realizar estágio no âmbito do Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária e a Unidade de Saúde Pública do ACES-Vale do Sousa Sul.
- **Debate Anárquico “Ideias e Futuro Empresarial para Penafiel” 14 de setembro** – debate com os cinco candidatos à Câmara Municipal de Penafiel.
- **Seminário de Apresentação do Projeto “Granito e Rochas Similares do Tâmega e Sousa – Sustentabilidade, Competitividade e Transformação Digital” 25 de novembro** – empresários do setor do granito e rochas similares da região.

Ao nível dos eventos de rua de promoção da atividade empresarial, e apesar de todas as limitações referidas, foram realizados os seguintes eventos:

- **Mercantinho Fresco & Nosso**, evento novo, realizado nos últimos sábados de cada mês, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Cooperativa Agrícola de Penafiel com o objetivo de apoiar diretamente os produtores agrícolas do concelho de Penafiel;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- **Penafiel Passeio d' Moda '21 – Primavera / Verão**, realizado no primeiro sábado de junho, foi adaptado ao contexto pandémico e reativado em versão digital. O desfile foi previamente gravado com os vários estabelecimentos aderentes, e difundido nas redes sociais da AEP por forma a cativar a atenção da comunidade e divulgar as novidades da coleção de primavera/verão em vestuário, calçado e acessórios, demonstrando a qualidade da oferta disponível no comércio local;



- **XI Feira da Saúde**, realizada em meados de outubro que contou com cerca de 20 entidades ligadas à saúde e bem-estar e teve como objetivo promover e divulgar os serviços de saúde do concelho de Penafiel, com sessões de informação e rastreios gratuitos à população em geral;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- **Concurso Gastronómico “Petiscando” em Penafiel ‘21**, que decorreu no mês de outubro e que envolveu 20 estabelecimentos aderentes e teve como objetivo promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Passeio d’ Moda ‘21 – Outono / Inverno**, realizado a 6 de novembro no Museu Municipal de Penafiel, foi aberto ao público e com transmissão em direto para as redes sociais, contou com 16 estabelecimentos que apresentaram as suas coleções para o inverno 21/22;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **Penafiel Cidade Natal '21**, que voltou aos seus moldes habituais, apresentando um vasto programa durante o mês de dezembro que englobou a já habitual árvore de natal, iluminações e música na rua, a casa do Pai Natal com a presença diária do Pai Natal, carrosséis, um banco de jardim gigante com o santuário do Sameiro como cenário, baloiços de Natal na Praça Escritaria, Praça de Natal e junto à escultura da Bicha Serpe. Contou também com as iniciativas de rua como música no comércio local e teatros de ruas, o Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!” que teve a participação de cerca de 50 estabelecimentos, e ainda o Sorteio “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal” com o objetivo de atrair novamente os clientes ao comércio local, premiando-os num grande prémio final com conjuntos de vouchers de desconto em 2021 a usufruir nesses estabelecimentos.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

9. Auditório

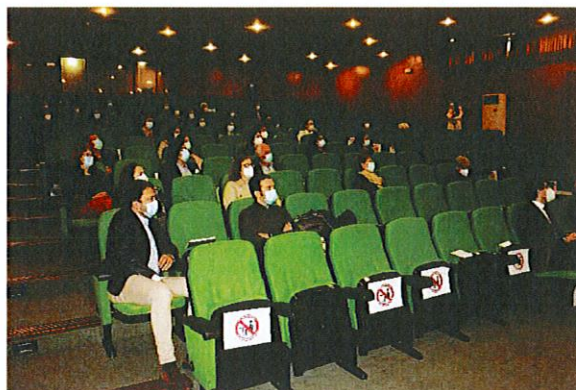
O auditório da AEP sofreu claramente uma diminuição da sua utilização devido ao cancelamento de muitos eventos já programados e que por imposição da obrigatoriedade de distanciamento social não puderam ir avante.



Mesmo assim, a grande lotação do espaço, aliada às condições de comodidade e da qualidade dos equipamentos que o integram, fizeram com que no Auditório da AEP em 2021 fossem realizadas várias iniciativas, promovidos por entidades dos mais variantes quadrantes da Sociedade Civil, local e regional, que continuaram a manter a preferência por este espaço da Associação, conferindo-lhe um carácter de espaço de excelência para o acolhimento de manifestações várias.

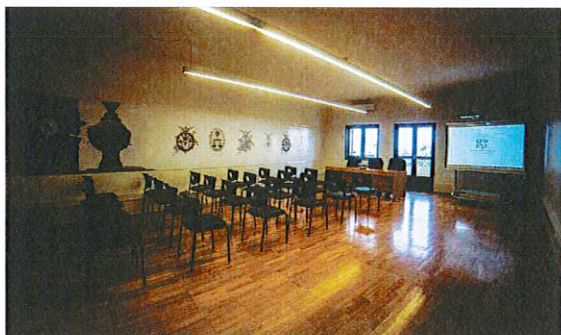
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Compreensivelmente, e mais a mais neste período de menor utilização, não foram geradas receitas de valor significativo, uma vez que muitas das atividades desenvolvidas estiveram ligadas a causas sociais e de solidariedade, fazendo-se por isso respeitar o respetivo Regulamento e tendo-se verificado a gratuidade de cedência do espaço.



Relativamente ao funcionamento interno, o Auditório manteve a habitual utilização por parte do Departamento de Formação, designadamente no desenvolvimento de várias atividades integradoras.

Destaca-se, além da realização de várias dessas sessões, a realização da Assembleia Geral da AEP e de seminários relativos aos projetos próprios em curso.



Também o mini auditório da Sede Social da AEP na Rua do Paço não teve uma ocupação regular, tendo esse espaço sido cedido gratuitamente ao Tribunal da Comarca do Porto Este para a realização de julgamentos e/ou audiências que implicam a presença de um reduzido número de participantes.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2021 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Tipologia de Operação: 3.1 - Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados – AEP;
- Tipologia de Operação: 3.03 - Formação Modular para DLD – S. Tiago de Piães - Cinfães
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) – AEP/S. Tiago de Piães – Cinfães/ A. E. Baião

No âmbito da formação não financiada ao longo de 2021 realizou ações de formação nas seguintes modalidades:

- Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação;
- Formação de Mediadores de Seguros devidamente homologada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto resulta na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.



Relativamente ao Sistema de Aprendizagem iniciou 3 novas ações nas áreas da saúde e comércio.

No âmbito Tipologia de Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) no âmbito da parceria com a CCP a AEP viu aprovada uma nova candidatura com

[Handwritten signatures and initials]

um total de 2 cursos (Técnico/a de Ação Educativa e Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade), 36 formandos e um volume de formação de 133920.

Projetos Executados – Financiados

Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a Auxiliar de Saúde 3 - 3.º Período	2021	12	458	5496
2	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes 2 - 3.º Período	2021	15	470	7050
3	Técnico/a de Apoio à Gestão 2 - 3.º Período	2021	10	753	7530
4	Técnico/a de Informática – Sistemas 4 - 2.º Período	2021	19	558	10044
5	Técnico/a de Informática – Sistemas 4 - 3.º Período	2021	18	847	15144
6	Técnico/a Comercial 6 - 2.º Período	2021	20	576	11520
7	Técnico/a Comercial 6 - 3.º Período	2021	20	809	16180
8	Técnico/a Auxiliar de Saúde 4 - 2.º Período	2021	24	663	15466
9	Técnico/a Auxiliar de Saúde 4 - 3.º Período	2021	23	689	15847
10	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 - 1.º Período	2021	24	732	15699
11	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 - 2.º Período	2021	21	659	13839
12	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 1.º Período	2021	17	674	11279
13	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 2.º Período	2021	16	718	11488
14	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 - 1.º Período	2021	25	341	8139
15	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 - 1.º Período	2021	17	357	5940
16	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 2.º Período	2021	17	348	5699

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP (2018/2021)

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	0568 - Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2021	24	50	1154
2	1602 - Gestão de reclamações e conflitos com clientes/fornecedores	2021	20	50	927
3	0382 - Gestão do tempo e organização do trabalho	2021	17	25	422
4	10393 - Língua Gestual	2021	16	25	391
5	10388 - Saúde e doença em adultos	2021	18	50	891
6	0674 - Função pessoal - legislação laboral	2021	18	25	441
7	9761 - Liderança, gestão e motivação de equipas	2021	17	25	422
8	0677 - Recursos humanos - processos de recrutamento, seleção e admissão	2021	18	25	441
9	3534 - Animação e Lazer	2021	25	50	1073
10	10746 - Segurança e saúde no trabalho - situações epidémicas/pandémicas	2021	19	25	472
11	6560 - Comunicação na interação com o utente, cuidador e/ou família	2021	15	50	681
12	8917 - Psicopatologias no idoso - perturbações do humor, ansiedade, somatoformes, personalidade, esquizofrenia e demências	2021	21	50	867
13	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2021	26	25	599
14	6571 - Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte	2021	21	50	1019
15	3282 - Planificação de atividades pedagógicas e gestão do tempo	2021	21	50	850
16	0674 - Função pessoal - legislação laboral	2021	18	25	431

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

17	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2021	18	25	428
18	10746 - Segurança e saúde no trabalho - situações epidémicas/pandémicas	2021	15	25	325
19	3638 - Cosmetologia	2021	19	50	824
20	0458 - Tecnologias de Fotografia e Vídeo	2021	17	50	799
21	8917 - Psicopatologias no idoso - perturbações do humor, ansiedade, somatoformes, personalidade, esquizofrenia e demências	2021	22	50	1059
22	0382 - Gestão do tempo e organização do trabalho	2021	19	25	452
23	3486 - Língua inglesa - informação	2021	27	50	1171
24	10759 - Teletrabalho	2021	24	25	587,5
25	10393 - Língua Gestual	2021	20	25	462,5
26	9761 - Liderança, gestão e motivação de equipas	2021	19	25	429
27	7553 - Ramo vida - seguros individuais e de grupo	2021	21	50	1050
28	3282 - Planificação de atividades pedagógicas e gestão do tempo	2021	16	50	683
29	7567 - Regime fiscal – sistema financeiro	2021	17	50	850
30	0754 - Processador de texto	2021	19	50	950
31	6576 - Cuidados na saúde do idoso	2021	22	50	988,5
32	3634 - Técnicas de maquilhagem	2021	21	50	844
33	0187 - Arranjos florais e adornos para cerimónias de casamento e batizado	2021	15	50	703
34	6216 - Modelos de demonstrações financeiras	2021	18	50	900
35	9649 - Educação inclusiva e necessidades educativas específicas	2021	22	50	965

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

36	0778 - Folha de cálculo	2021	19	50	950
37	6580 - Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis	2021	19	50	950
38	9646 - Medidas de primeiros socorros com crianças e jovens	2021	17	25	347
39	3487 - Língua francesa - informação	2021	17	50	850
40	0601 - Princípios de fiscalidade	2021	18	50	859
41	10759 - Teletrabalho	2021	21	25	506
42	4862 - Patologias - noções básicas	2021	19	50	950
43	5443 - Língua inglesa - relações laborais - iniciação	2021	17	50	850
44	5443 - Língua inglesa - relações laborais - iniciação	2021	16	50	800
45	0780 - Aplicações de gestão administrativa	2021	19	50	950
46	9906 - Socorrismo Básico	2021	18	25	450
47	0779 - Utilitário de apresentação gráfica	2021	18	25	450
48	0458 - Tecnologias de fotografia e vídeo	2021	15	50	574
49	0592 - Legislação laboral	2021	26	25	600
50	10746 - Segurança e saúde no trabalho - situações epidémicas/pandémicas	2021	17	25	425
51	9636 - Segurança e prevenção de acidentes com crianças e jovens	2021	17	50	850
52	0792 - Criação de páginas para a web em hipertexto	2021	19	25	475
53	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2021	19	25	475

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados
(2021/2023)

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	UFCD 0678 - Recursos Humanos - processamento de vencimentos	2021	17	25	403
2	UFCD 9636 - Segurança e prevenção de acidentes com crianças e jovens	2021	23	50	1103
3	UFCD 0677 - Recursos humanos - processos de recrutamento, seleção e admissão	2021	17	25	384
4	UFCD 4869 - Técnicas terapêuticas de hidrobalneoterapia	2021	21	50	735
5	UFCD 9220 - Gestão de conteúdos digitais	2021	15	25	340
6	UFCD 4900 - Língua Espanhola - conversação	2021	15	50	365
7	UFCD 3634 - Técnicas de maquilhagem	2021	15	50	288
8	UFCD 9208 - Inteligência emocional	2021	17	25	425
9	UFCD 7853 - Ideias e oportunidades de negócio	2021	18	50	900
10	UFCD 7214 - Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento	2021	17	50	357
11	UFCD 8622 - Coaching e comunicação	2021	16	25	138
12	UFCD 6933 - Língua francesa - serviço de receção, atendimento e informação turística	2021	18	50	162

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Tipologia de Operação: 3.03 - Formação Modular para DLD - (S. Tiago de Piães - Cinfães)

Ordem	Nome do Percorso Formativo	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	UFCD 3479 - Procura e oferta turística	2021	18	50	900
2	UFCD 3483 - Imagem pessoal e comunicação com o cliente	2021	18	50	900
3	UFCD 9820 - Planeamento e gestão do orçamento familiar	2021	18	25	450
4	UFCD 9822 - Poupança - conceitos básicos	2021	18	9	162
5	UFCD 3473 - Desenho e organização de programas e atividades de animação	2021	18	50	900
6	UFCD 0749 - Arquitetura de computadores	2021	25	50	1250
7	UFCD 0752 - Sistemas operativos multitarefa	2021	25	50	1250
8	UFCD 0754 - Processador de texto	2021	25	50	1250
9	UFCD 0755 - Processador de texto - funcionalidades avançadas	2021	25	25	625

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) – AEP

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Cabeleireiro/a 1	2021	14	1461	19149
2	Cuidador/a de Crianças e Jovens 1	2021	17	1451	24006
3	Técnico/a de Contabilidade 1	2021	13	1463	15706
4	Técnico/a Auxiliar de Saúde	2021	18	1036	15649

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	2021	17	667	9290
6	Esteticista	2021	19	117	1173

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
(realizada em S. Tiago de Piães - Cinfães)

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Organização de Eventos	2021	17	468	7502

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
(realizada em Baião)

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Informação e Animação Turística	2021	18	455	6292

Projetos Executados - Não Financiados
Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 3	2021	12	90	990
2	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 4	2021	12	90	1080
3	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 5	2021	13	92	1196
4	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 6	2021	15	73	1095

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Formação para Qualificação de Mediadores de Seguros

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida) XIV	2021	7	88	616
2	Conformação - Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida) 3	2021	6	20	120

No ano de 2021 o Departamento de Formação desenvolveu todas as atividades que tinha previstas. Ainda por força do COVID 19 teve de realizar alguma formação à distância.

Os formandos participaram em conferências e seminários, efetuaram visitas de estudo relacionadas com as temáticas dos respetivos cursos. O curso EFA de Cuidador/a de Crianças e Jovens realizou uma atividade integradora sobre o tema “Crescer num mundo multicultural “que envolveu toda a comunidade escolar da AEP.



No ano de 2021 o Departamento de Formação, e ainda motivado pela continuação da Pandemia Covid-19, teve de manter uma intervenção suportada nas adaptações em termos de equipamentos e metodologias pedagógicas, continuando a desenvolver em larga escala formação à distância nomeadamente através da plataforma AEP Moodle e na ZOOM.

11. Centro Qualifica



O Centro Qualifica da AEP entrou durante o ano de 2021 no quinto ano da sua existência e o primeiro ano da execução da terceira operação aprovada pela ANQEP, que vigora até final de 2022.

Neste ano foi mantida a dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC em

regime à distância em processo contínuo que se aliou ao trabalho em regime presencial sempre que tal foi permitido.

No exercício de 2021 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos. O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.



Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, superando-se a mais de 100% a meta dos inscritos e encaminhados contratualizados, resultante das seguintes componentes acumuladas:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Resultados obtidos em 31-12-2021 (acumulado)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	244	115	359
Em Acolhimento	217	42	259
Em Diagnóstico	77	8	85
Em Orientação	21	10	31
Encaminhado	1231	1261	2492
Em Reconhecimento	442	10	452
Certificado	366	30	396

Resultados obtidos em 31-12-2021 (ano civil)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	120	27	147
Em Orientação	4	0	4
Encaminhado	518	450	968
Em Reconhecimento	28	10	38
Certificado	35	10	45

Estes números traduzem que mais de quatro mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.

Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP, no

quadro do Plano Estratégico de Intervenção para o próximo triénio, verá prolongada a sua autorização de acolhimento e funcionamento do seu Centro Qualifica.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável.

E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica.

É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada.

Em 19 de novembro foi realizada a cerimónia de entrega de diplomas e certificados às dezenas de adultos que se certificaram no nosso Centro Qualifica ao longo de 2020 e 2021.



12. Notas Finais

O exercício em apreço correspondeu ao segundo ano do mandato dos atuais corpos sociais, eleitos em 2020, para o triénio 2020-2022.

Esta Direção, mesmo num clima de incerteza e segurança da economia nacional e mundial, conseguiu manter em prática um plano de estabilidade orgânica e funcional, consolidando as condições que garantissem e garantam a estabilidade para os próximos anos, não se limitando a reivindicar e resignar ao *status quo* existente, mas sendo inovadora, dinâmica, proponente e ser parte da solução e nunca causadora de problemas.

A Direção endereça os agradecimentos aos demais Órgãos Sociais pela cooperação institucional e orgânica, cordial relacionamento e solidariedade que sempre prestaram ao longo deste exercício.

A todos os parceiros, mostra a sua vontade e disponibilidade de cooperação, de amizade e de compromisso, numa lógica de dinamização de projetos partilhados que a todos abona positivamente.

Às instituições bancárias a Direção agradece a confiança prestada ao longo de todo o exercício. Temos noção que a responsabilidade, a credibilidade e o cumprimento integral das obrigações são fatores facilitadores dessa confiança.

Aos colaboradores da AEP dirige especial reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos no ano de 2021, que a todos se deve, e a todos cria exigência acrescida.

É com redobrado orgulho que se assinala e saúda o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.



O respeito, a honestidade e a capacidade de trabalho, muitas vezes fora da zona de conforto, foram valores que implantámos para garantir que a independência institucional, a liberdade descomprometida de atuação e a estabilidade financeira fossem valores inalienáveis. Foi esse o carácter e realidade que se encontrou no início deste mandato. É com esta independência institucional e liberdade descomprometida de atuação que se julga ter deixado um legado a quem vier a suceder a esta Direção.

Foi mais um ano desgastante, desafiador, mas que nunca nos desmotivou, mas, pelo contrário, incutiu-nos uma vontade acrescida de representar esta Instituição e tudo o que ela envolve.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de 173.430,60€ (cento e setenta e três mil, quatrocentos e trinta euros e sessenta cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 16 de março de 2022

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Augusto Basílio Neves Teixeira

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

1. 




13. Parecer do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

14. Documentos Contabilísticos

A E P - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

500968730

Página: 1 de 1

Data: 31/12/2021

Ano fiscal: 2021

Todas as contas

Do período: Apuramento

Todos os centros de custo.

ao período: Apuramento

Balancete Razão (Sintético)

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			28,610.11	26,768.48	1,841.63	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,911,851.63	3,708,574.11	203,277.52	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,940,461.74	3,735,342.59	205,119.15	0.00
21	CLIENTES			124,775.73	102,605.24	22,170.49	
23	PESSOAL			268,564.07	268,564.07		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		40,969.97	347,334.01	393,320.34		45,986.33
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			372,424.09	472,424.09		100,000.00
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			30,460.16	16,027.66	14,432.50	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			6,319,153.15	2,956,292.04	3,362,861.11	
28	DIFERIMENTOS			2,096,352.23	5,227,759.34		3,131,407.11
	Total da classe de conta: 2	0.00	40,969.97	9,559,063.44	9,436,992.78	3,399,464.10	3,277,393.44
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			61,736.25		61,736.25	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,644,299.85	1,649,750.53	994,549.32	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			59,248.04	58,069.41	1,178.63	
	Total da classe de conta: 4	0.00	0.00	2,765,284.14	1,707,819.94	1,057,464.20	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				571,493.54		571,493.54
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			56,407.37	223,323.00		166,915.63
	Total da classe de conta: 5	0.00	0.00	56,407.37	1,267,630.78	0.00	1,211,223.41
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		1,326,455.26	1,330,610.38	1,330,610.38		
63	GASTOS COM O PESSOAL		426,999.39	480,092.76	480,092.76		
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		45,866.70	45,866.70	45,866.70		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		9,621.98	9,661.26	9,661.26		
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		6,008.69	6,008.69	6,008.69		
	Total da classe de conta: 6	0.00	1,814,952.02	1,872,239.79	1,872,239.79	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	72,533.61		72,743.61	72,743.61		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1,898,463.85		1,906,347.00	1,906,347.00		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	58,355.13		58,466.63	58,466.63		
	Total da classe de conta: 7	2,029,352.59	0.00	2,037,557.24	2,037,557.24	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5,176,672.71	5,350,103.31	5,236,779.95	5,410,210.55		173,430.60
	Total da classe de conta: 8	5,176,672.71	5,350,103.31	5,236,779.95	5,410,210.55	0.00	173,430.60
	Total:	7,206,025.30	7,206,025.30	25,467,793.67	25,467,793.67	4,662,047.45	4,662,047.45

N.º 221148965

Dulce Sofia Monteiro da Silva

69107

A E P - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

500968730

Página: 1 de 1

Data: 31/12/2021

Ano fiscal: 2021

Todas as contas

Do período: Regularizações ao período: Regularizações

Todos os centros de custo.

Balancete Razão (Sintético)

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			28,610.11	26,768.48	1,841.63	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,911,851.63	3,708,574.11	203,277.52	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,940,461.74	3,735,342.59	205,119.15	0.00
21	CLIENTES			124,775.73	102,605.24	22,170.49	
23	PESSOAL			268,564.07	268,564.07		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			347,334.01	352,350.37		5,016.36
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			372,424.09	472,424.09		100,000.00
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			30,460.16	16,027.66	14,432.50	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	55,184.30	159,652.28	6,319,153.15	2,956,292.04	3,362,861.11	
28	DIFERIMENTOS	245,610.60	7,675.15	2,096,352.23	5,227,759.34		3,131,407.11
	Total da classe de conta: 2	300,794.90	167,327.43	9,559,063.44	9,396,022.81	3,399,464.10	3,236,423.47
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			61,736.25		61,736.25	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		26,688.04	2,644,299.85	1,649,750.53	994,549.32	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS		147.31	59,248.04	58,069.41	1,178.63	
	Total da classe de conta: 4	0.00	26,835.35	2,765,284.14	1,707,819.94	1,057,464.20	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				571,493.54		571,493.54
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9,948.26	2,089.13	56,407.37	223,323.00		166,915.63
	Total da classe de conta: 5	9,948.26	2,089.13	56,407.37	1,267,630.78	0.00	1,211,223.41
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2,812.50		1,330,610.38	4,155.12	1,326,455.26	
63	GASTOS COM O PESSOAL	59,160.45	53,093.37	480,092.76	53,093.37	426,999.39	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	26,835.35		45,866.70		45,866.70	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	75.31		9,661.26	39.28	9,621.98	
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO			6,008.69		6,008.69	
	Total da classe de conta: 6	88,883.61	53,093.37	1,872,239.79	57,287.77	1,814,952.02	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			210.00	72,743.61		72,533.61
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	7,675.15	148,008.38	7,883.15	1,906,347.00		1,898,463.85
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		9,948.26	111.50	58,466.63		58,355.13
	Total da classe de conta: 7	7,675.15	157,956.64	8,204.65	2,037,557.24	0.00	2,029,352.59
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			60,107.24	60,107.24		
	Total da classe de conta: 8	0.00	0.00	60,107.24	60,107.24	0.00	0.00
	Total:	407,301.92	407,301.92	18,261,768.37	18,261,768.37	6,476,999.47	6,476,999.47

Julia Sofia Montez da Silva

BALANÇO

31 de dezembro de 2021

		31 DE DEZEMBRO DE 2021	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2021	31 dez 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	994.549,32	1.004.836,21
Ativos intangíveis	5	1.178,63	-
Investimentos financeiros	7	61.736,25	60.486,51
		1.057.464,20	1.065.322,72
Ativo corrente			
Créditos a receber	6,7	3.550.382,25	3.560.668,38
Estado e outros entes públicos	11	15.289,55	17.322,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	14.432,50	13.375,00
Diferimentos		2.197,44	1.596,63
Outros ativos correntes	7	500,29	787,65
Caixa e depósitos bancários		205.119,15	19.188,57
		3.787.921,18	3.612.938,32
Total do ativo		4.845.385,38	4.678.261,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7	160.023,07	160.023,07
Resultados transitados	7	571.493,54	511.386,30
Excedentes de revalorização	7	312.791,17	312.791,17
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	7	166.915,63	174.774,76
		1.211.223,41	1.158.975,30
Resultado líquido do período	11	173.430,60	60.107,24
Total dos fundos patrimoniais		1.384.654,01	1.219.082,54
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	7	44.369,98	46.459,11
		44.369,98	46.459,11
Passivo corrente			
Fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	11	61.275,88	30.460,54
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	7	100.000,00	-
Diferimentos	6	3.133.604,55	3.318.328,70
Outras dívidas a pagar	7	121.480,96	63.930,15
		3.416.361,39	3.412.719,39
Total do passivo		3.460.731,37	3.459.178,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.845.385,38	4.678.261,04

O Contabilista Certificado

221148965
Dulce Sofia Antunes da Silva
69107

A Direção






DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2021.

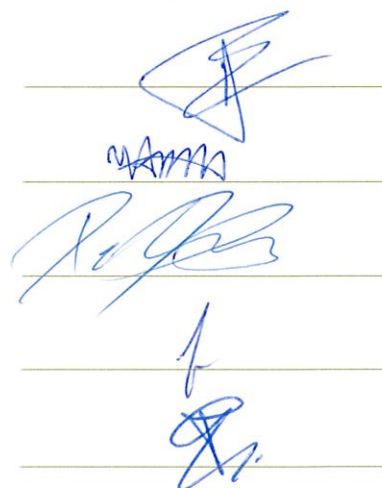
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	11	72.533,61	46.768,27
Subsídios, doações e legados à exploração	6	1.898.463,85	1.238.072,15
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.326.455,26)	(775.595,57)
Gastos com o pessoal	8	(426.999,39)	(393.422,97)
Outros rendimentos	11	58.355,13	58.334,71
Outros gastos	11	(9.621,98)	(42.397,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		266.275,96	131.759,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(45.866,70)	(56.863,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		220.409,26	74.896,41
Juros e gastos similares suportados		(6.008,69)	(997,60)
Resultado antes de impostos		214.400,57	73.898,81
Imposto sobre o rendimento do período		(40.969,97)	(13.791,57)
Resultado líquido do período		173.430,60	60.107,24

O Contabilista Certificado

221148965
De 16 de setembro de 2021
69107



A Direção



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		123.999,20	67.905,85
Recebimentos de subsídios		1.712.674,19	1.481.638,60
Pagamentos de bolsas		(586.121,15)	(328.308,68)
Pagamentos a fornecedores		(740.785,98)	(497.247,16)
Pagamentos ao pessoal		(383.779,65)	(355.031,91)
Caixa gerada pelas operações		125.986,61	368.956,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13.791,57)	(15.345,24)
Outros recebimentos/pagamentos		(6.076,42)	(55.675,62)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		106.118,62	297.935,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12.930,15)	(105.420,61)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(1.249,74)	(1.938,99)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(14.179,89)	(107.359,60)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100.000,00	-
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(205.000,00)
Juros e gastos similares		(6.008,15)	(997,60)
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		93.991,85	(205.997,60)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		185.930,58	(15.421,36)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.188,57	34.609,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		205.119,15	19.188,57

O Contabilista Certificado

221148965
 Dulce Sofia Monteiro das Neves
 69107

A Direção


 M. A. A. A.



BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2019	2020	2021
Activo				
1. Activo não corrente		1 031 232	1 065 323	1 057 464
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 972 684	€ 1 004 836	€ 994 549
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 0	€ 0	€ 1 179
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 56 506	€ 0	€ 0
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 2 042	€ 60 487	€ 61 736
2. Existências	31 a 39	€ 0	€ 0	€ 0
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	€ 0	€ 0
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 1 300 447	€ 3 592 153	€ 3 580 605
4.1. Clientes	21	€ 17 769	€ 0	€ 0
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	€ 0	€ 0
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 0	€ 13 375	€ 14 433
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 16 194	€ 17 322	€ 15 290
4.2.3. Outras contas a receber		€ 1 266 483	€ 3 561 456	€ 3 550 883
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 34 610	€ 19 189	€ 205 119
6. Diferimentos	281 e 282	€ 1 050	€ 1 597	€ 2 197
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 2 367 339	€ 4 678 261	€ 4 845 385
Fundos Patrimoniais e Passivo				
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	€ 160 023	€ 160 023
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	€ 0	€ 0
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 980 609	€ 998 952	€ 1 051 200
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 424 522	€ 312 791	€ 312 791
10.2. Outras Reservas		€ 11 096	€ 0	€ 0
10.3. Resultados Transitados		€ 313 810	€ 511 386	€ 571 494
10.4. Outras Variações		€ 231 182	€ 0	€ 0
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais			€ 174 775	€ 166 916
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 74 751	€ 60 107	€ 173 431
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	€ 0	€ 0
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 215 383	€ 1 219 083	€ 1 384 654
Passivo				
14. Provisões	29	€ 0	€ 0	€ 0
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 0	€ 46 459	€ 44 370
15.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25	€ 0	€ 0	€ 0
15.2 Dívidas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	€ 0	€ 0
15.3 Outras Dívidas	21,22,24,27	€ 0	€ 46 459	€ 44 370
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 354 580	€ 94 391	€ 282 757
16.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25,12	€ 205 000	€ 0	€ 100 000
16.2 Fornecedores	22	€ 0	€ 0	€ 0
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 35 370	€ 30 461	€ 61 276
16.4 Outras Dívidas	21,25,26	€ 114 210	€ 63 930	€ 121 481
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	€ 0	€ 0
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	€ 0	€ 0
16.4.3. Outros Credores		€ 0	€ 0	€ 121 481
17. Diferimentos	282	€ 797 376	€ 3 318 329	€ 3 133 605
17.1. Acréscimos de Custos		€ 0	€ 0	€ 0
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 797 377	€ 3 318 329	€ 3 133 605
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	€ 0	€ 0
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 1 151 956	€ 3 459 179	€ 3 460 731
20. Total dos fundos patrimoniais e do passivo (14+19)		€ 2 367 339	€ 4 678 261	€ 4 845 385

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Augusto Basílio Neves Teixeira

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva

Dulce Sofia Monteiro da Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód SNC	2019		2020		2021	
<u>Rendimentos</u>							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 87 504	5,81%	€ 46 768	3,48%	€ 72 533	3,57%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsídio à Exploração	75	€ 1 342 182	89,18%	€ 1 238 072	92,18%	€ 1 898 464	93,55%
6. Reversões	76	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 75 366	5,01%	€ 58 335	4,34%	€ 58 355	2,88%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 1 505 052	100,00%	€ 1 343 175	100,00%	€ 2 029 352	100,00%
<u>Gastos</u>							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 905 512	60,16%	€ 775 596	57,74%	€ 1 326 455	61,12%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 776 680	51,60%	€ 690 555	51,41%	€ 1 205 200	59,39%
12.3. Materiais		€ 21 863	1,45%	€ 17 831	1,33%	€ 17 716	0,87%
12.4. Energias e Fluidos		€ 19 732	1,31%	€ 16 794	1,25%	€ 17 367	0,86%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 32 751	2,18%	€ 10 546	0,79%	€ 18 486	0,91%
12.6. Serviços Diversos		€ 54 486	3,62%	€ 39 870	2,97%	€ 67 686	3,34%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 373 624	24,82%	€ 393 423	29,29%	€ 426 999	21,04%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 72 462	4,81%	€ 56 863	4,23%	€ 45 867	2,26%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16. Perdas por Redução do Justo Valor	66	€ 0	3,79%	€ 0	3,15%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 57 007	3,79%	€ 42 367	3,15%	€ 9 622	0,47%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 1 408 605	100,00%	€ 1 268 249	94,42%	€ 1 808 943	89,14%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 96 448	6,41%	€ 74 926	5,58%	€ 220 409	10,86%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 5 644	0,38%	€ 1 028	0,08%	€ 6 009	0,30%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 5 644	0,37%	€ 1 028	0,08%	€ 6 009	0,30%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 90 804	10,03%	€ 73 898	5,50%	€ 214 401	10,56%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 16 054	1,77%	€ 13 791	1,03%	€ 40 970	2,02%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 74 751	4,97%	€ 60 107	4,47%	€ 173 431	8,55%

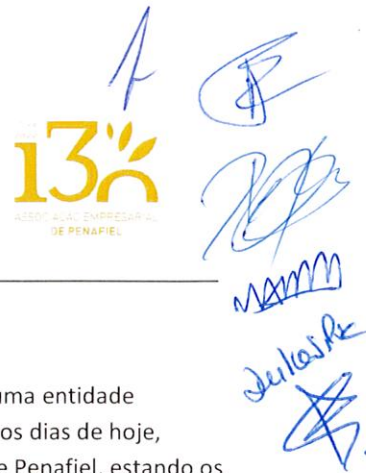
A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Vasco António Bessa de Melo
Pedro José Gomes de Melo
Augusto Basílio Neves Teixeira
Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Dra Dulce Sofia Monteiro da Silva

Dulce Sofia Monteiro da Silva



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** ("Associação" ou "AEP"), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes. A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social.

Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993.

Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal.

Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF – ESNL"), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,

designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

1
R
P
M
J
A

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica “Outros ativos financeiros”, correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

i) **Rédito**

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) **Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.



Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das actividades desenvolvidas no âmbito do seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de actividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,



eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.

1
13
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

de la S. R.
mm
A

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:****a) Bases de mensuração:**

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2021						
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	TOTAL
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2020	312.796,17	1.342.120,03	106.576,88	15.362,85	502.152,78	329.858,64	2.608.867,35
Adições	-	2.450,00	3.675,24	-	-	29.307,26	35.432,50
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	359.165,90	2.644.299,85
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2020	-	(685.095,46)	(94.655,06)	(1.600,30)	(501.890,29)	(320.790,03)	(1.604.031,14)
Adições	-	(28.171,82)	(5.657,98)	(3.840,71)	(262,49)	(7.786,39)	(45.719,39)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	-	(713.267,28)	(100.313,04)	(5.441,01)	(502.152,78)	(328.576,42)	(1.649.750,53)
Quantia escriturada	312.796,17	631.302,75	9.939,08	9.921,84	0,00	30.589,48	994.549,32

	2020						
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	TOTAL
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2019	312.796,17	1.273.158,03	106.576,88	-	501.334,83	325.986,52	2.519.852,43
Adições	-	68.962,00	-	15.362,85	817,95	3.872,12	89.014,92
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	312.796,17	1.342.120,03	106.576,88	15.362,85	502.152,78	329.858,64	2.608.867,35
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2019	-	(657.740,58)	(85.727,46)	-	(500.973,90)	(302.726,12)	(1.547.168,06)
Adições	-	(27.354,88)	(8.927,60)	(1.600,30)	(916,39)	(18.063,91)	(56.863,08)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	(685.095,46)	(94.655,06)	(1.600,30)	(501.890,29)	(320.790,03)	(1.604.031,14)
Quantia escriturada	312.796,17	657.024,57	11.921,82	13.762,55	262,49	9.068,61	1.004.836,21

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Vidas úteis

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis taxa de amortização médias:

	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2021		
	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	TOTAL
Quantia escriturada bruta:			
Saldo em 31.12.2020	-	46.672,10	46.672,10
Adições	1.325,94	-	1.325,94
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 31.12.2020	-	(46.672,10)	(46.672,10)
Adições	(147,31)	-	(147,31)
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	(147,31)	(46.672,10)	(46.819,41)
Quantia escriturada	1.178,63	-	1.178,63

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2021 e 2020, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2021			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2021	31/12/2021	56.293,50	-	-	604.908,44
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	1.661,28	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	12.238,74	-	-	-
Centros Qualifica	POCH	01/01/2021	31/12/2022	246.676,32	212.137,59	-	122.241,36
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	42.292,52	-	-	200.887,40
Formação Modular para Desempregados de Longa Duração	POISE	03/12/2018	03/06/2021	66.589,26	65.703,32	-	74.027,46
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	5.073,55	-	-	-
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	31/12/2022	102.371,47	101.543,63	-	78.460,99
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/12/2022	44.713,01	47.795,79	-	15.009,64
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	28/08/2023	2.083.736,81	2.047.858,16	-	549.711,86
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/12/2022	172.393,35	145.665,65	-	35.959,43
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	CMPenafiel	02/01/2020	31/12/2022	20.473,00	20.473,00	-	20.473,00
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	31/12/2022	387.621,48	392.213,85	-	46.096,44
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	31/10/2022	205.402,59	165.916,82	-	39.485,77
ERASMUS +		01/01/2021	31/12/2021	-	-	-	12.284,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	01/01/2021	31/12/2021	80.123,63	-	-	95.695,87
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	211.285,61	9.948,26
				3.527.660,51	3.199.307,81	211.285,61	1.905.189,92

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL



ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2020			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2020	31/12/2020	55.871,73	-	-	537.084,63
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	1.661,28	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	12.238,74	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2020	-	-	-	895,05
Centros Qualifica	POCH	02/10/2018	31/12/2020	43.600,03	-	-	155.558,60
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	231.640,70	233.760,18	-	104.718,21
Formação Modular para Desempregados de Longa Duração	POISE	03/12/2018	03/06/2021	66.121,98	65.703,32	-	84.706,58
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	30.981,25	-	-	84.494,44
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	01/10/2019	30/09/2021	180.705,43	176.870,63	-	58.976,16
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/12/2021	56.984,49	62.799,41	-	5.836,57
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	28/08/2023	2.593.142,29	2.597.570,08	-	83.851,37
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/12/2022	181.737,42	181.625,08	-	9.456,41
ERASMUS +		01/01/2020	31/12/2020	-	-	-	11.419,40
Protocolo Câmara Municipal de Penafiel	CMPenafiel	01/01/2020	31/12/2020	-	-	-	19.000,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	01/01/2020	31/12/2020	71.915,68	-	-	82.074,72
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	221.233,87	9.948,26
				3.526.601,02	3.318.328,70	221.233,87	1.248.020,40

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	4.230,35	-	4.230,35	2.980,61	-	2.980,61
Outros	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Investimentos financeiros	61.736,25	-	61.736,25	60.486,51	-	60.486,51
Cientes, c/c	22.721,74	-	22.721,74	34.067,36	-	34.067,36
Subsídios	3.527.660,51	-	3.527.660,51	3.526.601,02	-	3.526.601,02
Créditos a receber	3.550.382,25	-	3.550.382,25	3.560.668,38	-	3.560.668,38
Associados, c/c	14.432,50	-	14.432,50	13.375,00	-	13.375,00
Associados	14.432,50	-	14.432,50	13.375,00	-	13.375,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-	-	-	-	-
Outros	500,29	-	500,29	787,65	-	787,65
Outros ativos correntes	500,29	-	500,29	787,65	-	787,65

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Empréstimos bancários	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-
Financiamentos obtidos	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-
Ajustamentos em subsídios	44.369,98	-	44.369,98	-	46.459,11	46.459,11
Credores por acréscimos de gastos	61.972,95	-	61.972,95	56.843,37	-	56.843,37
Fornecedores de investimentos	25.475,21	-	25.475,21	-	-	-
Outros credores	34.032,80	-	34.032,80	7.086,78	-	7.086,78
Outras dívidas a pagar	165.850,94	-	165.850,94	63.930,15	46.459,11	110.389,26

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

31.12.2021						
Rubricas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2021	160.023,07	511.386,30	312.791,17	174.774,76	60.107,24	1.219.082,54
Aplicação do Resultado líquido do período	-	60.107,24	-	-	(60.107,24)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,13)	173.430,60	165.571,47
Posição em 31 de dezembro de 2021	160.023,07	571.493,54	312.791,17	166.915,63	173.430,60	1.384.654,01

31.12.2020						
Rubricas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2020	160.023,07	436.635,79	312.791,17	231.182,13	74.750,51	1.215.382,67
Aplicação do Resultado líquido do período	-	74.750,51	-	-	(74.750,51)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(56.407,37)	60.107,24	3.699,87
Posição em 31 de dezembro de 2020	160.023,07	511.386,30	312.791,17	174.774,76	60.107,24	1.219.082,54

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**8.1 Número médio de empregados durante o período**

	2021	2020
Início do período	19	18
Fim do período	22	19
Média do período	21	20

8.2 Gastos com o pessoal

	2021	2020
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	329.620,57	316.529,58
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	93.555,81	73.540,98
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Indemnizações	-	-
Bolsas - estágio e subsídios	3.823,01	3.352,41
	426.999,39	393.422,97

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**9.1 Autorização para emissão**

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 16 de março de 2022.

9.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES**11.1 Partes relacionadas**Partes relacionadasEmpresas Subsidiárias

SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

1

13^ª

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Dulce Rosa

MAM

✱

11.2 Vendas e serviços prestados

	2021	2020
Quotas	16.269,40	15.489,40
Jóias	775,00	525,00
Aluguer de instalações	11.160,00	9.942,50
Formação	8.611,94	8.665,50
Arrendamento	3.600,00	3.600,00
Prestações de serviços	7.200,00	8.545,87
Outros	24.917,27	11.455,00
	72.533,61	58.223,27

11.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o valor acrescentado	15.289,55	17.322,09
Total ativo	15.289,55	17.322,09

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	38.179,95	11.305,91
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	14.179,51	11.397,32
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	8.812,75	7.661,08
Fundo de compensação	103,67	96,23
Total passivo	61.275,88	30.460,54

11.4 Fornecimentos e serviços externos

	2021	2020
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	178.109,54	63.881,99
Publicidade e propaganda	15.498,98	1.739,50
Vigilância e segurança	-	132,23
Bolsas - formandos	586.121,15	328.861,13
Honorários - formadores	421.404,42	281.944,58
Honorários - outros	-	4.868,70
Conservação e reparação	752,61	838,60
Serviços bancários	3.313,54	8.288,16
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.786,92	8.313,82
Livros e documentação técnica	35,00	-
Material de escritório	5.394,35	9.516,81
Artigos para oferta	1.499,25	-
Energia e fluidos		
Eletricidade	11.783,68	12.231,55
Combustíveis	3.532,09	2.608,12
Água	1.725,12	1.837,26
Outros	326,58	117,07
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	18.485,76	10.546,02
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	16.043,47	9.516,09
Comunicação	8.078,59	6.026,01
Seguros	9.391,96	7.661,64
Limpeza, higiene e conforto	2.620,15	3.045,03
Outros serviços	31.552,10	13.621,26
	1.326.455,26	775.595,57

11.5 Outros rendimentos

	2021	2020
Bar	8.199,33	4.232,99
Alugueres	5.412,50	412,50
Estudos, projetos	20.661,29	32.160,00
Donativos	12.691,00	5.980,70
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	1.442,75	5.600,26
	58.355,13	58.334,71

11.6 Outros gastos

	2021	2020
Impostos e taxas	138,11	233,64
Outros		
Quotizações	2.065,00	2.215,00
Correções relativas a períodos anteriores	564,55	4.205,74
Bar (compras)	6.082,74	4.016,54
Correções de subsídios	29,14	22.720,04
Outros	742,44	9.006,14
	9.621,98	42.397,10

11.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 173.430,60 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 173.430,60 euros

Penafiel, 16 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Dulce Sofia Monteiro da Silva

A Direção

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

15. Relatório de Auditoria



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.845.385 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.384.654 euros, incluindo um resultado líquido de 173.431 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2022

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)

Registado na CMVM com o nº 20160338